

Operários e Patrões Unidos, até quando? Uma História Antiga

CELINA RIBEIRO HUTZLER

Prof. Adjunto e Coordenadora do Mestrado em Antropologia/UFPE

INTRODUÇÃO (1)

Pernambuco 1911.

Em 1911, começavam a se fazer sentir, em Pernambuco, os choques sociais decorrentes das transformações econômicas que caracterizaram o início da República. Era o alvorecer da sociedade urbano-industrial. Novas classes sociais entravam na cena histórica e lutavam por frações do poder político: a nascente burguesia comercial-industrial, seu reverso o proletariado, e a crescente classe média urbana. Do outro lado, a tradicional aristocracia agrária tentaria manter sua hegemonia. Nas eleições daquele ano, os dois grupos se fariam representar por seus campeões: o General Dantas Barreto e o Conselheiro Rosa e Silva.

O General Emídio Dantas Barreto havia participado da Campanha de Canudos, da Guerra do Paraguai, e era então o Ministro da Guerra do Governo do Marechal Hermes da Fonseca. Um militar positivista e republicano, sem um nome de família tradicional, era o protótipo da nova classe média em ascensão. Candidato pelas oposições ao governo de Pernambuco, representava o "salvacionismo", nome pelo qual ficaria conhecido o movimento de afirmação republicana que atingiu todo o país, mas que se mostraria, depois, uma simples troca das oligarquias no poder.

O Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, até então chefe político incontestável de Pernambuco, governava à distância, fazendo eleger seus comandados governadores do Estado desde 1896. Era um aristocrata, considerado o "Chefe do Norte", disputando a Pinheiro Machado, o "Chefe do Sul", a liderança da política nacional. Em 1911, a força que pareciam assumir as oposições no Estado levou o Conselheiro a disputar pessoalmente as eleições para Governador.

A campanha eleitoral tomou dimensões e levantou paixões nunca antes conhecidas. A situação se tornaria extremamente tensa, no Recife e seus arredores, com sucessivos comícios, passeatas, greves, protestos, choques entre dantistas e rosistas, mortes, perseguições policiais, às oposições, quebra-que-

bra, o exército assumindo a posição de árbitro na defesa do companheiro de farda. A imprensa local mostrava total parcialidade, fossem dantistas ou rosistas os jornais defendiam seu candidato e atacavam os adversários. Não havia neutros. É impossível tentar reconstruir a verdade a partir de uma simples colagem de recortes de jornais: duas histórias paralelas pareciam estar se desenrolando, a que contavam os dantistas, e a que escreviam os rosistas.

As eleições antecipadas para 5 de novembro não resolveriam a querela. Dantas conseguiu uma larga margem no Recife e nos centros urbanos mais politizados. Rosa traria dos currais eleitorais do interior uma vantagem que neutralizou a vitória oposicionista no Recife. Ambos os candidatos declararam-se vencedores. Continuaram os quebra-quebra, as arruaças de rua.

Daf por diante as presões dos dois grandes chefes se fariam no sentido do Congresso Estadual declarar qual o vencedor. Acusavam os rosistas que este papel decisivo coube à guarnição federal sediada no Recife, que contando com o respaldo dos comitês das Salvações e a passividade do Presidente da República, teria posto o prédio do Congresso na mira de seus canhões no dia decisivo do reconhecimento do Governador: 19 de dezembro. No dia seguinte Dantas assumia sob verdadeira apoteose popular. E o Recife cantou, em delírio:

*"Despencou da roseira a velha rosa,
Suas pétalas rolam pelo chão". . .*

O objetivo do presente trabalho não é recontar a Campanha de 1911 em sua totalidade. Pretende-se fazer um recorte para relatar o que aconteceu em Paulista, então um povoado do município de Olinda, onde localizava-se uma florescente indústria têxtil. Ali, caracterizou-se bem a luta que se desenvolvia em Pernambuco na disputa entre os Lundgren e o Coronel Padilha, os primeiros representando a nova burguesia industrial formada principalmente de imigrantes enriquecidos no comércio, o segundo representando o poder oligárquico tradicional.

Os Lundgren e o coronel Padilha iriam se defrontar em duas liças: internamente lutavam pelo domínio da Companhia de Tecidos Paulista, externamente aliaram-se a partidos opostos. O coronel Padilha manteria fidelidade a seu velho amigo o Conselheiro Rosa e Silva, os Lundgren apoiariam publicamente o General Dantas Barreto. Ambos tentariam uma aliança com o operariado, então uma força crescente.

Esta será a história desta aliança: patrões e operários unidos em nome da democracia. Será também a história de uma decepção ou afirmação: o "salvacionismo" não significou uma vitória da classe operária, mas a ascensão ao poder político da nova burguesia comercial-industrial. Serve para exemplificar situações de confronto entre o trabalho, o capital e o poder político que ainda hoje se repetem.

PAULISTA, CIDADE E CAMPO

Em 1812 quando KOSTER (1978:206-208) visitou o engenho "Paulis-

tas”, descreveu numerosas cabanas no meio do matagal, construídas de barro e cobertas de folhas de coqueiro. Na sede propriamente dita, os edifícios eram numerosos: casa assobradada do proprietário, capela, o engenho, a longa fila de casinhas dos negros, a residência do administrador e muitos outros de menor importância. Do outro lado do campo, ficava a casinha do capelão, junto a uma fileira de cabanas de escravos. Koster estimava que então Paulistas tinha uns sessenta escravos, aos quais tinha sido prometida a alforria.

Ao instalar-se, nos fins do século passado, a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) sediou-se neste mesmo engenho, então decadente, mas que apresentava duas vantagens: ficava na rota do algodão, e o casario de sua sede abrigaria os operários que formariam a força-de-trabalho inicial da então pequena fábrica de tecidos. Sito a cerca de 11 km ao norte de Olinda, pertencia à freguesia de Maranguape.

Em 1904, quando os Lundgren adquiriram grande número de ações da Companhia e arrendaram a fábrica por um período experimental de cinco anos, compraram aos mesmos herdeiros do rico comerciante português J. Adolfo Rodrigues a Usina Timbó, e seus engenhos: o Timbó, o Paulista (onde localizava-se a fábrica de tecidos), o Jardim, o Genipapo, o Maranguape (HUTZLER, 1982: 120-121). Teria início a montagem de um verdadeiro império: maciços investimentos seriam feitos na ampliação e modernização da fábrica, a usina Timbó (que moeu cana até cerca de 1921) e seus engenhos seriam “comprados” pela Companhia, possibilitando aos Lundgren, findo o prazo de arrendamento, tornarem-se acionistas majoritários da CTP. Posteriormente compras de terra dariam à família a propriedade de grande parte das glebas do então distrito e futuro município do Paulista (2), excetuando a faixa costeira. Assim, até a década de 1940, os Lundgren controlariam direta ou indiretamente terras, homens e atividades produtivas. (3)

José Sérgio LEITE LOPES (1979: 63-81), em excelente trabalho onde aprecia Paulista como uma situação polar de “completa dependência de capital”, pelo controle da esfera da produção e da reprodução do trabalho, admite que a cidade-vila operária teria, entre outras, a função de separar os operários fabris dos camponeses e pescadores de sua vizinhança. Esses últimos teriam apresentado resistências à submissão, o que teria levado os Lundgren a optarem por atrair mão-de-obra de outras áreas do Estado e de Estados vizinhos, particularmente do agreste, para compor um proletariado dócil. Considerar também Leite Lopes que as lutas sociais do operariado recifense reforçou esta opção por imigrantes agrestinos.

Os estudos por nós desenvolvidos indicam uma outra explicação complementar.

De fato, a cidade vila-operária do Paulista representava, na primeira metade do século XX, uma situação extrema de completa subordinação ao capital. Mas essa subordinação abrangia também os camponeses, ou melhor, os trabalhadores do campo. A opção inicial de trazer mão-de-obra de fora teria ligado-se mais à não disponibilidade de braços que às atitudes de rebeldia dos trabalhadores.

Explica-se. Até pelo menos 1921, os Lundgren mantiveram a Usina Timbó moendo canas plantadas nos seus próprios engenhos e em engenhos vizinhos (4): o Jardim, o Paulista, o Timbó, o Fragozo, o Jaguaribe, o Inhaman, o Desterro, o Caeté (diário particular de Arthur Lundgren). Não haveria, pois, donde recrutar mão-de-obra local. Além disso, até 1958 quando a energia da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) chegou a Paulista, a CTP gerou sua própria força, necessária às fábricas e à cidade. Inicialmente usava-se lenha para abastecer as caldeiras e esta lenha era transportada, principalmente de trem, das propriedades dos Lundgren. Para dar uma idéia do volume da lenha transportada, no seu apogeu, a Companhia chegou a possuir 16 locomotivas, e o trabalho de corte e transporte de lenha levaria os Lundgren a desativar a Usina lá sediando as oficinas de sua ferrovia particular (5). Além disso, construir a vila operária demandava mão-de-obra, como também insumos: telhas, esquadrias, tudo fabricado localmente. Assim, na fase mais próspera da CTP, já nos anos 1930, cerca de 15 mil pessoas trabalhavam para ela na cidade e no campo.

Em 1911, o número de trabalhadores era bem menor. Mas já então Vasconcellos GALVÃO (1908: 378-379; 1910: 25) descrevia Paulista como “um próspero povoado com uma fábrica de tecidos”, “situado à margem da estrada de rodagem que se dirigia a Goiana passando por Igarassu. Tem uma população aproximada de uns 2.000 habitantes”.

Quanto ao interesse dos operários do Recife deslocarem-se para Paulista, declarou um informante, trabalhador da Companhia por muitos anos, ele próprio vindo do interior: “Por que um operário do Recife iria para Paulista, onde o ganho era pouco e o lugar sem graça, onde só se podia mesmo era trabalhar para a Companhia?”. Vale salientar que o mesmo informante ponderou: “Em Paulista se ganhava menos que no Recife. O salário era pouco mas se vivia bem. A Companhia dava gás, água, luz, roupa, roupa de cama e banho, dava móveis, dava tudo, até divertimento”. Como vários outros informantes confirmou a forma de recrutamento: “Quando precisavam de trabalhadores iam buscar no interior, de sopa. Contavam para os matutos que em Paulista tinha montes de cuscus e rios de leite. Vinha a família toda e ficava primeiro num chalé até que o Coronel Frederico pessoalmente desse uma casa para eles. Os operários do Recife não queriam vir. Os sertanejos eram gente de melhor índole”.

A questão que se coloca é: Os operários do Recife não queriam ir ou não interessava à Companhia que eles viessem, como aventa LEITE LOPES (1979 : 66)?

Pelo menos nas primeiras décadas do século XX, podia-se sentir que o parque têxtil em Pernambuco expandia-se. Até o início da I Grande Guerra nove fábricas de fiação e tecidos instalaram-se no Estado: Cia. de Fiação e Tecelagem de Pernambuco (1891), Companhia Fábrica de Estopa (1891), Cia. Industrial de Fiação e Tecidos de Goiana (1892), Cia. de Tecidos Paulista

(1893), Fábrica de Apipucos (1895), Cia de Tecidos de Malhas da Várzea (1895), Societé Cottonnière Belge-Brésilienne (1910), Fábrica de Tecidos de Algodão (1912). A Grande Guerra interromperia até 1924, a instalação de novas fábricas, mas no período que a antecedeu muitas das indústrias instaladas nos fins do século passado, tal como a Cia. de Tecidos Paulista, modernizaram-se e ampliaram-se.

Teoriza-se que o exército industrial de reserva tende a acompanhar, no modo capitalista de produção, o tamanho da força-de-trabalho ocupada (MARX, s.d.: 743-752). Mas, neste caso, junto com a expansão do parque industrial, ampliavam-se os serviços urbanos e de transporte do Recife. Haveria mão-de-obra "sobrante" que pudesse ser arregimentada para Paulista?

A força do movimento operário, no Recife, nas primeiras décadas deste século, parece indicar que a então classe operária em formação não tinha o contra-ponto de exército industrial de reserva para frear suas reivindicações. É verdade que eram então muito precárias as condições de trabalho e alta a exploração da mais valia absoluta: longas jornadas, não proteção à mulher e ao menor, não havia férias remuneradas eram descontados os dias não trabalhados por motivo de doença etc. Os salários eram baixos e as exigências muito estritas. No entanto, cabe lembrar que era muito recente a abolição da escravidão e que tais condições poderiam refletir mais uma tradição nas relações de trabalho que a abundância na oferta de mão-de-obra. Tanto assim que no Sul do país, onde era notória a escassez de braços o que levou à opção pela imigração estrangeira, a situação do operariado fabril também era de grande exploração e mesmo delapidação.

O movimento operário no Recife, nas duas primeiras décadas do século XX, mostrava pujança reivindicatória. Lideravam as greves os operários de transportes urbanos, os ferroviários e os portuários. Já em 1904, o Centro Protetor dos Operários comemorava solenemente o 1º de maio, "a mesa da diretoria se achava bem ornamentada, tendo a um lado, de frente para a platina o retrato de Carlos Marx" (ALMANACH DE PERNAMBUCO 1910). Em 1912, inaugurou-se no Liceu de Artes e Ofícios a Universidade Popular criada pela Liga de Instrução de Pernambuco tendo por fim ministrar às classes operárias e por forma simples, conhecimentos úteis e práticos (ALMANACH DE PERNAMBUCO 1917). Greves, "meetings", e reuniões operárias sucediam-se.

Mas seria esta a razão que levaria a CTP a procurar arregimentar mão-de-obra no interior? No episódio aqui analisado se verá que os Lundgren, pelo menos em 1911, estavam dispostos a admitir operários do Recife em suas fábricas. Deve-se ter em mente que, desde 1904 quando os Lundgren passaram a se interessar pela CTP, a Companhia conheceu uma fase de expansão e modernização que ampliou fortemente a procura de mão-de-obra. Teria então sido mais fácil ir buscar diretamente os trabalhadores sem terra do agreste que já sentiam o impacto negativo da diminuição das exportações de algodão. Trazer os imigrantes diretamente para Paulista implicava em reforçar a subordinação: trazer pela possibilidade de selecionar as famílias que viriam, quer por criar um

liame de dependência pelo "favor" de tê-las ajudado na mudança.

A imigração espontânea para Paulista não era possível pelas razões já apresentadas: os Lundgren controlavam até 1947 todo o solo urbano e a maioria das terras agrícolas da parte interiorana do município.

Mas apesar do controle exercido, Paulista não ficaria ausente do movimento operário. Neste período, quando a guarda foi relaxada como durante a campanha e após a eleição de Dantas Barreto, o operariado levantou-se. Como será visto na parte seguinte do trabalho, primeiro aderindo ombro-a-ombro à "salvação" com os patrões, depois desafiando-os peito-a-peito. No primeiro caso foram bem sucedidos, no segundo prontamente reprimidos.

Somente após a Revolução de 1930 se terá notícia de outra greve em Paulista. Uma greve representa apenas a face mais aguda e externa dos conflitos entre o capital e o trabalho, mas não existe registro, nem na memória oral para as pequenas rebeldias e conquistas do dia-a-dia da fábrica para período tão remoto. Seria a partir de 1937, com a legislação trabalhista outorgada por Vargas, que o movimento operário encontraria mais espaço para se estruturar em Paulista, principalmente por dispor de certo respaldo do governo estadual que hostilizava os donos da Companhia. Após 1945, e particularmente na década de 1950 (incluindo até o início dos anos 1960), cresceu a oposição operária e os movimentos reivindicatórios. Neste último período, como a perda progressiva pelos Lundgren do controle total dos meios de produção do município, se abriria mais espaço para os não conformistas.

Hoje, as fábricas da CTP estão quase paradas. Resta uma saudade: "Bom era quando as fábricas estavam funcionando. Tinha emprego para todo mundo", recorda um ex-operário de Paulista, transformado em vendedor ambulante pela crise que atingiu o parque têxtil pernambucano e desativou as indústrias tradicionais.

A "REVOLUÇÃO PELO VOTO" DO GENERAL DANTAS BARRETO

Em 1911, o povoado do Paulista era suficientemente importante para merecer a visita do General Dantas Barreto, candidato opositor ao governo do Estado.

Relatava então um jornal dantista⁽⁶⁾: "Verdadeira apoteose estava preparada para o General Dantas Barreto naquela progressiva localidade. Por entre aclamações delirantes e estrugir de foguetes foi feita a entrada triunfal. Na vivenda do abastado capitalista Arthur Lundgren foi hospedado sua excelência assim como toda a comitiva que o acompanhou. Após carinhosa recepção sua excelência foi convidado a percorrer a grande fábrica de tecidos. (...) Todos os operários daquela importante fábrica reunidos homeniaram sua excelência, falando na ocasião o Sr. Henrique Guimarães, oferecendo um belo esboço gráfico em nome daquela turba de trabalhadores do progresso da nossa terra" (PERNAMBUCO, 27/10/1911).

Outro jornal dantista descreveu também a recepção: "Foi uma verdadeira apoteose a manifestação que o General Dantas Barreto recebeu em Paulista. (...) O operariado, à frente de uma banda de música, o recebeu com suas mais vivas demonstrações de alegria. Após ligeiro descanso, sua excelência percorreu a fábrica, examinando os diferentes ramos da manufatura. Depois o serviço paralisou e uma operária, por intermédio do Dr. Arthur Moura, ofertou um buquê de flores. O General agradeceu elogiando o trabalho, admirando o progresso de Paulista e salientando a sua satisfação pela espontaneidade com que fora recebido. Terminou abraçando e beijando a mão da tecelã" (A PROVÍNCIA, 27/10/1911). Depois de descrever o "opíparo banquete" oferecido ao General na casa dos Lundgren, relatava o mesmo jornal: "O candidato do povo agradeceu, salientando a alegria que notou em todo o operariado que parece gozar de liberdade de consciência e terminou erguendo a sua taça em honra à viúva Herman Lundgren. (...) O operariado assistia fora o banquete, erguendo muitas vivas. (...) Depois o general fez um passeio pela vila, a pé, sendo aclamadíssimo pela multidão que o acompanhava".

Pode-se duvidar da "espontaneidade" da manifestação. Na verdade, em 1911, chegara ao ponto crítico as relações entre os Lundgren e o Coronel Cornélio Padilha, então Diretor-Presidente da CTP, prefeito de Olinda, senador estadual, rendeiro do engenho Paulista, e líder rosista. Terminara no ano anterior, o prazo de arrendamento da fábrica pelos Lundgren, já acionistas majoritários da Companhia, e a luta entre dantistas e rosistas, a nível local, refletia-se como uma disputa entre grupos pelo domínio político de Paulista e pelo controle da CTP. No plano político, os Lundgren iriam assumir uma posição de incondicional apoio ao "candidato do povo", enquanto Padilha manteria sua fidelidade ao Conselheiro Rosa e Silva. Naquele momento, representavam, respectivamente, a "salvação" e a situação.

Como Diretor-Tesoureiro da Companhia de Tecidos Paulista, Frederico Lundgren publicou editais de apoio à candidatura do general nos jornais recifenses: "O abaixo assinado Diretor-Tesoureiro da Companhia de Tecidos Paulista, por si e representando a totalidade dos operários da mesma companhia, compreendendo em si a fábrica, estampanaria, usina de açúcar Timbó, assim como a maioria dos moradores e eleitores do povoado de Paulista, e bem assim Fábrica de Pólvora de Pontezinha, convencido de que o governo do excelentíssimo Senhor General Emídio Dantas Barreto trará a prosperidade, o adiantamento e o progresso de nosso Estado natal, vem pela presente declarar-se por si e pelos 857 eleitores que representa, completamente solidário com a candidatura do excelentíssimo Senhor General Dantas Barreto. Paulista, 29 de outubro de 1911" (PERNAMBUCO, 31/10/1911; A PROVÍNCIA, 30/10/1911).

E ia adiante em outro edital: "O abaixo-assinado, prevendo a possibilidade de serem operários eleitores de outras fábricas de tecidos coagidos a votarem contra sua livre vontade vem pela presente publicação declarar que acharão colocação na Fábrica de Tecidos Paulista, todos os eleitores operários

de fábricas de tecidos que tiverem dispensados pelo motivo de não terem querido subordinar-se a pressões políticas. Paulista, 29 de outubro de 1911" (ibid).

Parece ter havido, de fato, pressão de outros empresários têxteis contra operários que apoiavam a candidato opositorista. A PROVÍNCIA (08/10/1911) publicara edital assinado por "muitos empregados": "VENHA A GREVE. Em vista de estar o governo do Estado fazendo pressão aos empregados das fábricas, companhias e estradas de ferro, que se declaram adeptos da candidatura do inclito General Dantas Barreto, concitando os gerentes a demitirem os seus subordinados que se declararem como tais, protestamos contra semelhante maneira de fazer política, e convidamos aos nossos companheiros de classe a se levantarem numa greve geral, de atitude pacífica, tendo por fim patentear a nossa independência e defender os nossos brios".

Não se tem notícia da greve ter chegado a acontecer, mas foram muitos os distúrbios de rua na cidade do Recife, na qual o General Dantas Barreto tinha maciço apoio popular, muitos os comícios e passeatas. O suporte dado pelos Lundgren não foi o único recebido da burguesia. A Associação Comercial que representava então os interesses do capital comercial, industrial e financeiro recebera o general em sua sede, festivamente, dando-lhe "lugar de honra na reunião da diretoria" (A PROVÍNCIA, 15/10/1911). O apoiavam o diretor da Cia. Industrial de Fiação e Tecidos de Goiana, prefeito daquela cidade e futuro governador do Estado Manoel Borba (PERNAMBUCO, 31/10/1911), como também Manoel Gomes de Mattos, eminente líder das classes conservadoras e muitas vezes Presidente da Associação Comercial (A PROVÍNCIA, 31/10/1911), e muitos outros)

O Coronel Cornélio Padilha não acietaria pacificamente o apoio de Paulista a Dantas Barreto. O jornal situacionista DIÁRIO DE PERNAMBUCO (31/10/1911) publicou uma nota sua: "VERDADE DOS FATOS, o Sr. Frederico Lundgren em uma declaração publicada na A Província de ontem hipoteca ao Sr. General Dantas Barreto os votos dos operários da fábrica de tecidos "Paulista", usina "Timbó", e fábrica de pólvora da Pontezinha, bem como de todos os eleitores dos respectivos povoados, dos quais em número de 857, se diz representante. Não sei de quantos votos dispõe realmente o Sr. Lundgren, garanto, todavia, que sua publicação visou simplesmente armar ao efeito com uma afirmativa que de modo nenhum corresponde à verdade dos fatos, pelo menos no que concerne ao eleitorado de Paulista, cujo alistamento consta de 346 eleitores contados neste número os de Timbó, notando-se ainda que cerca de cem desses eleitores estão mortos ou mudados. Entre os existentes quero crer que o Sr. Frederico terá a generosidade de reconhecer que conto com alguns amigos, não incluindo pelo menos no número dos seus eleitores a minha humilde pessoa. Olinda, 30 de outubro de 1911. Cornélio Padilha".

No dia seguinte o DIÁRIO DE PERNAMBUCO (01/11/1911), jornal de propriedade do Cons. Rosa e Silva, voltava à carga: "os nossos adversários prepararam, ao que nos dizem, fitas sensacionais para a véspera e para o dia de

pleito. Assim, consoante uma declaração que tem sido publicada n'A Província pelo Sr. Frederico Lundgren, nas fábricas de sua propriedade são acolhidos operários eleitores que desejarem votar no Senhor General Dantas Barreto. Isto é o preparo de um fita que no dia 4 ou 5 aparecerá completa, com uma nova declaração de que mil, três mil ou dez mil operários foram por aquele fim admitidos. (...) Haja visto desmascaramento que já fizemos do falso número de eleitores que o Sr. Lundgren se diz representante”.

Por seu lado, a imprensa dantista acusava: “Consta-nos que o Coronel Padilha prefeito do município de Olinda, está trabalhando para que não se constitua mesa eleitoral em Paulista, pois tem certeza da derrota do Dr. Rosa e Silva naquela localidade, obrigando assim os eleitores a votarem na secção mais próxima em Olinda onde encontrarão com certeza uma urna já aberta e a apurção começada pois não é pequena a distância entre as duas secções” PERNAMBUCO, 01/11/1911).

Defenderam-se os rosistas: “O Sr. Frederico Lundgren, acreditando dispor dos votos dos eleitores de Paulista, ofereceu-os de porteiros trancadas ao Sr. General Dantas Barreto. Verificando porém o seu engano quer agora, por meio de ameaças e violências, obrigar a consciência dos votantes daquela secção do município de Olinda. Assim o Sr. Lundgren cercou-se de crescido grupo de cangaceiros, que armou, havendo feito aquisição de rifles e munição, que foram ostensivamente para ali conduzidos em automóveis. Ante-ontem, o Sr. Lundgren intimou a se retirarem da vila muitos eleitores, caso, dentro de 24 horas, não se decidam a votar no Sr. General Dantas. Numerosa comissão composta de 35 cidadãos, todos alistados em Paulista, procurou ontem ao Dr. Estácio Coimbra, governador do Estado, e o General Carlos Pinto, inspetor da região militar, solicitando garantias para o livre exercício dos seus direitos políticos. As duas altas autoridades prometeram dar as mais completas providências, para o que expediram logo as necessárias ordens. O Sr. Frederico Lundgren não levará avante os seus planos de perturbação que estouvada e ridicularmente arquitetou” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/11/1911).

Sabe-se que, de fato, os Lundgren mantinham seu exército” particular, os famosos vigias que armados se encarregavam da manutenção da ordem e da defesa das propriedades. (7) Neste caso, parece que não teria sido necessário usar da força para convencer os eleitores. Havia, como foi visto anteriormente e como demonstraria o resultado das eleições, um claro e decidido apoio do proletariado ao candidato Dantas Barreto. Ao contrário, parece que os Lundgren assumiam então ares populistas.

A PROVÍNCIA (01/11/1911) noticiava: “Realizou-se domingo último um grande “meeting” em Paulista, convocado pelo Partido Conservador de Olinda. Às 5 horas da tarde, no largo da feira, com um auditório de cerca de três mil pessoas, usou da palavra o Coronel Frederico Lundgren, e declarou, franca e positivamente, que tinha aderido à candidatura do General Dantas, secundando assim os desejos de todos os eleitores de Paulista; ao terminar, foi

muito aplaudido pela multidão. Em seguida falou o Sr. Henrique Guimarães e, em linguagem patriótica, enalteceu o belo exemplo do diretor da fábrica Paulista, afirmando que S.S. não tinha mais empregados e sim amigos dedicadíssimos. (...) (Depois de vários oradores) um operário agradeceu ao coronel Lundgren ter ele desfraldado no povoado de Paulista a bandeira da liberdade.”

Era do interesse dos Lundgren mostrar o apoio operário. Publicou a PROVÍNCIA (03/11/1911): “Os abaixo assinados empregados da fábrica de Pólvora, sentem-se jubilosos pela atitude enérgica e decisiva que tomaram neste momento solene da vida do Estado de Pernambuco, os seus dignos e intermeratos chefes, coronéis Frederico e Arthur Lundgren, levantando em suas fábricas a bandeira da liberdade e desfraldando o pavilhão de amparo aos oprimidos da política militante, nas outras fábricas congêneres. Recife, 2 de novembro de 1911 (seguem-se assinaturas).

E não se limitariam a declarações pelos jornais. Nas vésperas das eleições, chegaram ao Recife os operários de Paulista para uma espetacular manifestação de apoio ao General Dantas Barreto, que os aguardava em casa de amigos. “Pouco mais ou menos 2 da tarde, chegaram os manifestantes à estação da rua da Aurora, em dois trens especiais, composto cada um de 12 carros, ornamentados de bandeirolas e entrelaçamentos de folhagem. Haviam deixado Paulista à madrugada, num grande préstito que entrou na vizinha cidade de Olinda cerca de 8 horas da manhã, precedido da fanfarra da localidade. Tanto ao sair de Paulista como ao chegar em Olinda foram queimadas muitas girândulas de foguetes e feitas calorosas aclamações ao manifestado. (...) (No Recife) o préstito composto de três automóveis com as comissões representativas do operariado da fábrica de tecidos, do comércio e do eleitorado oposicionista da localidade, seguindo-lhes a harmoniosa fanfarra e enorme massa de operários e operárias, todos trazendo laços de fita auri-verde no braço e agitando bandeiras nacionais” (A PROVÍNCIA, 04/11/1911).

O mesmo jornal relata o comício realizado em frente à casa onde estava o general Dantas que assomou à varanda. Os operários realizaram passeatas e comícios, enquanto o Sr. Frederico Lundgren e as delegações manifestantes tomavam champanhe em companhia do candidato. “Nos mesmo trens que os conduziram, regressaram os operários, passavam poucos minutos das 3 1/2 da tarde, para Olinda no meio da maior animação, e, daquela cidade provavelmente ontem mesmo para Paulista” (ibid).

O coronel Padilha pediu demissão do cargo de Diretor-Presidente da CTP. Mesmo sendo prefeito de Olinda, não conseguiu a maioria de votos para seu candidato, o Cons. Rosa e Silva, nem no município como um todo, nem no distrito de Paulista.

Como foi visto anteriormente, o General Dantas Barreto teve seu nome proclamado Governador pelo Congresso Estadual. Começaria então o governo da “salvação”.

Nas décadas seguintes (1910 e 1920) os Lundgren, representando bem

exorbitante. O barracão foi substituído por uma feira livre, a preços mais acessíveis". (10). Raul de Góes relata também que, através do coronel Padilha, o Conselheiro Rosa e Silva tentara atrair os Lundgren para seu partido, mas estes recusaram o convite, preferindo declarar pública e abertamente seu apoio à candidatura oposicionista do General Dantas Barreto.

E o povo, como ficaram os operários que marcharam pelas ruas com laços de fita auri-verde, que viram em suas fábricas desfraldada a "bandeira da burguesia comercial-industrial em ascensão, postulariam cargos eletivos, que lhes garantiriam parcelas do poder político local, estadual e mesmo federal. (8)

Arthur e Alberto Lundgren seriam prefeitos de Olinda. O coronel Arthur foi também eleito deputado estadual em três legislaturas, e prefeito do município de Rio Tinto, Paraíba, onde fundariam uma fábrica de tecidos. O coronel Frederico foi deputado federal por Pernambuco em duas legislaturas.

Ao mesmo tempo em que se desenrolava a luta eleitoral, nos bastidores da Companhia de Tecidos Paulista desenvolvia-se uma luta de poder.

Como foi visto anteriormente, em 1910 quando terminou o prazo de arrendamento da fábrica pelos Lundgren, estes "venderam" à CTP a usina Timbó e os engenhos, compondo juntos a mesma Companhia o que aumentou, obviamente, sua participação acionária na mesma. Além disso, foram feitos grandes investimentos em melhoramentos e benfeitorias nos edifícios e maquinárias, como também em habitações no povoado, o que levaria à solicitação aos acionistas de considerar a elevação do capital social da empresa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1911). Duas Assembléias Gerais Extraordinárias foram convocadas para deliberar sobre o assunto, a primeira em 1911 que decidiu convocar uma comissão de peritos para proceder a avaliação, e uma segunda, em 11/12/1911, que decidiu aumentar o capital social da CTP de 3.600:000\$000 para 7.200:000\$000 (9) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1911, e 12/12/1911).

O coronel Cornélio Padilha assinaria, como Diretor Presidente, a primeira convocação, mas seu nome não constaria mais da ata da Assembléia de dezembro. Estava completo o processo de tomada do poder econômico e político da CTP pelos Lundgren, que então detinham mais de 3/4 das ações da Companhia.

O desentendimento Padilha-Lundgren é relatado também por Raul de GOÉS (1964 : 204-111). Segundo o biógrafo da família, as medidas modernizadoras adotadas pelos Lundgren encontraram resistência entre antigos servidores que teriam iniciado uma oposição surda. Frederico Lundgren substituiu então os descontentes, tanto empregados de escritório como operários de fábrica. O coronel Padilha tomou o partido dos descontentes, levando os delegados e sub-delegados de polícia a hostilizarem os Lundgren, "induzindo os seus trabalhadores à rebeldia". Decidiram então os Lundgren comprar a parte do coronel Padilha na Companhia, inclusive canaviais, casas de aluguel, e o barracão que fornecia gêneros alimentícios aos operários, pagando por isso preço

liberdade”, e que sufragaram Dantas Barreto?

Jornal do Recife noticiou, já em janeiro de 1912, ameaça de greve em Paulista e as providências tomadas pelo novo governador: “Desde alguns dias que um boato surdo, com visos de verdade, circulava nesta cidade, quanto a uma greve geral na fábrica de fiação e tecidos Paulista, situada no município de Olinda, e na Great Western. O movimento, ao que se dizia, estaria prestes a rebentar naquele estabelecimento fabril, havendo mesmo quem diga que nos primeiros dias da semana passada a parede entrou a ser organizada, pedindo então o seu gerente, o Sr. Frederico Lundgren providências ao general governador do Estado (JORNAL PEQUENO, 12.01.1912).

Continua o jornal: “hoje, às primeiras horas da manhã, correu a notícia da remessa de forças do exército e polícia para ali, a fim de manter a ordem seriamente ameaçada de conturbação pelo operariado amotinado, em atitude agressiva contra os patrões, a quem pediam aumento de salário e diminuição de horas de trabalho”. As forças enviadas, três corpos de tropas, incluíam 50 praças de infantaria e 35 cavalaria da polícia, 50 praças do exército, seus comandantes, seguiram de trem e automóvel para Paulista. Seguiu também o então chefe de polícia para se entender com os operários em nome do General Dantas Barreto, em missão “toda de conciliação e paz” (ibid).

Pediam os operários: diminuição das horas de trabalho; reconciliação da tabela antiga pela qual recebiam salário maior; diminuição das exigências extorsivas da administração; modificação da tabela das horas de serviço que era a seguinte: — uma turma das 4 1/2 da manhã às 2 da tarde, outra de 2 da tarde à meia-noite, e outra desta hora às 4 da manhã (ibid).

Não há informação sobre o atendimento ou não das reivindicações operárias. Só um outro registro sobre o episódio encontramos nos periódicos, na “Crônica de Pernambuco 1912”, que o ALMANACH DE PERNAMBUCO (1918) publicou anos depois “Os operários da Fábrica Paulista ameaçaram por-se em greve. Para esse lugar seguiu o chefe de polícia Dr. Estevam de Lacerda, autoridades policiais e o capitão do exército Augusto Amaral para se entender com os operários em nome do General Dantas”. Não apenas os trabalhadores de Paulista organizaram paredes em 1912. Também houve greve na Fábrica de Tecidos da Vila Nathan (Société Cottonnière Belge-Brésilienne) em Jaboatão, e outras no Recife: na Fábrica da Torre (Cia. de Fiação e Tecidos de Pernambuco), Fábrica de Estopa e na Cia. Ferro-Carril (ALMANACH DE PERNAMBUCO 1918).

Durante todo o governo Dantas Barreto (1911-1915) o movimento operário foi muito ativo em Pernambuco. Não somente organizaram-se muitas greves como outras formas de protesto — comícios, passeatas, distribuição de panfletos —, fundou-se uma Universidade Popular, um Banco Operário (este combatido pela Federação Operária de Pernambuco), estruturaram-se sindicatos, promoveram-se campanhas de assistência aos desempregados.

Sobre Paulista, como foi visto anteriormente, não se teria mais notícias de greve até pouco depois da Revolução de 1930 (11).

CONCLUSÃO

Do episódio apreciado é possível extrair certas generalizações:

- a) Na campanha eleitoral de 1911, em Pernambuco, atriculou-se uma aliança de classes, envolvendo as oligarquias dissidentes, as novas classes médias, e o proletariado.
- b) Embora, obviamente, o proletariado tenha sido usado como massa de manobra, sua participação na campanha eleitoral facilitou o entrosamento e a tomada de consciência da classe operária.
- c) Pelo menos no caso de Paulista, o governador do Estado manifestou claramente sua solidariedade com a classe empresarial, enviando forte aparato militar para “manter a ordem seriamente ameaçada de conturbação pelo operariado amotinado”, quando havia, simplesmente, uma ameaça de greve. Esse mesmo governador, quando candidato, não considerou perturbação da ordem esses mesmos operários marcharem e fizeram comícios nas ruas do Recife, no caso, em seu apoio e com suporte dos donos da empresa.
- d) O salvacionismo, apesar de seu discurso populista, não mudaria as práticas eleitorais que dizia combater. O coronel Frederico que se elegeu deputado federal no ano seguinte, ousava prometer ao General Dantas Barreto todos os votos de Paulista, como se foram esses, também, sua propriedade.
- e) O caso de Paulista confirma a hipótese de que a clivagem das elites, no episódio de 1911, teve fundamentos muito mais econômicos que ideológicos. Uma nova classe empresarial procurava, também dominar politicamente o Estado, para impor as novas regras do jogo.
- f) Ainda que sob forte controle do capital, foi sempre possível às classes trabalhadoras articularem-se e tentarem enfrentar a dominação, mesmo quando esta assumia sua face paternalista oferecendo moradia, diversões, assistência médica, etc.
- g) Faltando apoio governamental e da sociedade civil, o clamor dos operários no início da era industrial brasileira dificilmente seria atendido, mas sedimentaria uma luta que se alongaria e ampliaria nos tempos seguintes.

NOTAS

1) Os dados principais sobre a campanha Dantas Barreto foram retirados dos livros de COSTA PORTO (1970 e 1973) que, apesar do enfoque jornalístico, contém informações importantes.

2) Quando foi fundada a CTP, o engenho Paulista pertencia à freguesia de Maranguape, município de Olinda, já em 1907, o impulso trazido pela indústria levou à criação do distrito do Paulista. O município do Paulista foi criado em 1928, perdendo esta categoria em 1930, para tê-la restaurada em 1935, através da Lei Estadual nº 11, que estabeleceu que o mesmo se constituiria de partes desmembradas dos municípios de Olinda, Igarassu e São Lourenço da Mata. A Vila do Paulista foi elevada à cidade em 1938. Em 1928, o distrito de Abreu e Lima foi desmembrado de Paulista, passando a município independente.

3) O monopólio dos Lundgren sobre o solo de Paulista foi, inicialmente, solapado pela Constituição Estadual de 1947 que legislou sobre cidades encravadas em terras particulares e possibilitou uma primeira desapropriação de terrenos urbanos. Por este mesmo tempo, instalou-se no município a primeira grande empresa não pertencente aos Lundgren: a Cia de Cimento Portland Poty. O processo iria se acelerar na década de 1960 em consequência da política de industrialização da SUDENE que, por um lado, induziu a CTP a modernizar-se (e para isso foram vendidas terras a fim de capitalizarem-se, e casas a fim de pagarem indenização aos operários dispensados), e por outro lado atraiu para o novo distrito industrial de Paratibe numerosas empresas. Mais recentemente, com recursos do BNH, vêm sendo construídos enormes conjuntos habitacionais em terras que foram, outrora, dos Lundgren.

4) O termo "engenho" é usado aqui em sua concepção vulgar de propriedade canavieira, mesmo quando não mais funciona como fábrica de açúcar.

5) A Usina Timbó, fundada em 1887, portanto entre as mais antigas de Pernambuco, tinha 30 km de ferrovia. Desativada em torno de 1921, a ferrovia passou a servir somente às fábricas de tecido.

6) Os jornais da época, conforme foi visto anteriormente, eram facciosos e incendiários, limitando-se a exaltar seu candidato e a atacar o adversário. Assim, é importante citar sempre sua filiação partidária a fim de que possam ser feitos os necessários descontos.

7) Como típicos coronéis, os Lundgren usufruíam de liberdade para mandar e desmandar em seus domínios. Declarou um nosso informante com certo orgulho: "Os Lundgren tinham muitas armas guardadas, melhores que as do exército. Só quando chegou a revolução de João Pessoa (1930) os soldados foram lá desarmar Paulista".

8) A família Lundgren, descendente do comerciante e industrial sueco emigrado para o Brasil em 1856 Herman Lundgren, e de sua mulher a dinamarquesa Anna Elizabeth Lundgren, compunha-se de 5 irmãos: Herman Jr., Frederico João, Guilherme Alberto, Arthur Herman, e Anna Louise (Anita). Mostraram, a exceção de Herman Jr. que cedo separou-se do grupo, uma notável união. Após a morte do pai (1907), passou o comando da família para Frederico e após a morte deste (1946) para Arthur, que viria a falecer em 1967. Os irmãos Lundgren deixaram uma numerosa descendência entre os filhos legítimos e bastardos. Hoje o grupo tem um comando polipartido, representado por Helena Lundgren como herdeira de sua tia Anita, dos descendentes de Herman Jr. que herdariam também através da tia Anita; dos filhos legítimos de Alberto Lundgren; e dos fi-

lhos do único casamento de Arthur Lundgren. Os filhos ilegítimos de Guilherme, falecido antes da legislação que favoreceu a herança de filhos fora do casamento, nada herdaram. Os demais filhos ilegítimos de Frederico e Arthur tiveram parte na herança mas não detêm atualmente o comando das empresas. Fora das fábricas de tecidos (de Paulista, Rio Tinto, e das instaladas em Minas Gerais) os Lundgren têm outras empresas industriais e agrícolas, mas ficariam nacionalmente conhecidos através da poderosa cadeia de lojas: As Casas Pernambucanas.

9) Documentos cartoriais e informações de jornal (A PROVÍNCIA, 12.12.1911) indicam que os Lundgren ampliaram entre 1904 e 1911 sua participação da CTP de . . . 4.205 para 16.684 ações. Embora não tenhamos dados, pode-se presumir que em 1904 não detinham, ainda, o controle acionário da Companhia, tanto assim que para administrá-la precisaram firmar um contrato de arrendamento da mesma para o período de 1905-1910, dando como garantia a hipoteca de sua fábrica de pólvora, a Pernambuco Powder Factory, de Pontezinha, da qual são feitas referências no episódio de 1911. Em 1911, controlavam mais de 3/4 das ações da CTP com direitos a voto.

10) Na feira de Paulista, segundo vários informantes, os operários podiam comprar "de tudo e barato. O coronel Frederico controlava pessoalmente tudo. Ia de barraca em barraca com seu chapéu e sua varinha. Os trens traziam frutas e verduras que os moradores plantavam nas terras da Companhia. Era uma feira grande e farta." A política de controle dos preços na feira, rebaixando o custo de reprodução da força-de-trabalho, era obviamente uma forma de viabilização da acumulação do capital, pois permitia, paralelamente, manter os salários mais baixos que no Recife, embora "se vivesse bem".

11) O presente trabalho pode parecer demasiado histórico para uma antropologia. Ele, é, entretanto, recorte de um trabalho mais amplo que pretende apreciar a trajetória da família Lundgren de 1956 a 1967 como forma de estudar o processo de acumulação de capital. Outros pesquisadores, como LEITE e LOPES et al. (1979), COSTA (1982), GÓES (1964), SILVA (1980) já escreveram sobre a mesma realidade, enfocando ora Paulista, ora os Lundgren. No entanto, cremos que a análise de um grupo nordestino de sucesso, e obviamente das relações de trabalho na empresa, é uma contribuição importante para contrabalançar tantos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre empresários e operários do Rio e São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMANACH DE PERNAMBUCO. Recife (anos 1911 a 1929)
- COSTA, Eda Maranhão Pessoa da – **Expansão e orientação espacial**. Recife, UFPE/Ed. Univeritário, 1982.
- COSTA PORTO, José da – **Os tempos de Rosa e Silva**. Recife, UFPE, 1970.
- COSTA PORTO, José da – **Os tempos de Dantas Barreto**. Recife, UFPE, Ed. Universitária, 1973.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife (ano 1911)
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos – **Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. A-O. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos – **Diccionario chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. P. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.
- GÓES, Raul de – **Um sueco emiga para o Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.
- HUTZLER, Celina Ribeiro – **Acumulação e industrialização em Pernambuco de outrora COMUNICAÇÕES**, Recife. Vol. 1, nº 1, : 107-126, 1982.
- JORNAL PEQUENO. Recife (ano 1912)
- KOSTER, Henry – **Viagens ao Nordeste do Brasil**, trad. L. Câmara Cascudo. 2 ed. Recife, SEC, 1978 (pub. priginalmente em 1816).
- LEITE LOPES, José Sérgio et al – **Mudanca social no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl – **O Capital**, livro II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.D.
- PERNAMBUCO. Recife (ano 1911)
- A PROVÍNCIA. Recife (ano 1911)
- SILVA, Alcir Veras da – **Algodão e indústria têxtil no Nordeste, uma atividade econômica regional**. Natal, Ed. Universitária, 1980.